

FACULDADES INTEGRADAS IPIRANGA

**FÁBIO MENEZES DO NASCIMENTO FERREIRA
PÉRICLES RIBAMAR COSTA DA COSTA**

MEMÓRIA A CERCA DA TOPONÍMIA IZABELENSE

**BELÉM
2013**

FACULDADES INTEGRADAS IPIRANGA

**FÁBIO MENEZES DO NASCIMENTO FERREIRA
PÉRICLES RIBAMAR COSTA DA COSTA**

MEMÓRIA A CERCA DA TOPONÍMIA IZABELENSE

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do título de graduação em
Licenciatura em História apresentado a
Faculdades Integradas Ipiranga.

Orientador (a): Professora Ma. Maria
Raimunda Martins

**BELÉM
2013**

FACULDADES INTEGRADAS IPIRANGA

**FÁBIO MENEZES DO NASCIMENTO FERREIRA
PÉRICLES RIBAMAR COSTA DA COSTA**

MEMÓRIA A CERCA DA TOPONÍMIA IZABELENSE

Trabalho de Conclusão de Curso para
obtenção do título de graduação em
Licenciatura em História apresentado a
Faculdades Integradas Ipiranga.

Avaliado em: ____/____/_____.

Banca Examinadora:

BELÉM
2013

AGRADECIMENTOS

Agradecemos a DEUS por ser à base das nossas conquistas, permitindo a cada dificuldade a superação para seguir a trilha do sucesso.

Aos nossos pais, e também os nossos familiares por acreditarem e terem interesse nas escolhas que fizemos, pelo apoio e esforço, para que elas se realizassem.

À professora Minervina de Lourdes Soares de Souza pela ajuda em fornecer seu conhecimento e por nos abrir as portas de sua biblioteca particular, pois só com as informações presentes em suas prateleiras, conseguiu-se realizar esse trabalho.

Dedicamos este trabalho ao ilustre cidadão izabelense Pergentino Tavares de Moura que foi o primeiro pesquisador a trazer à tona, a polêmica sobre a origem do nome do município de

Pará.

Os Autores

“Tão triste quanto morrer é viver no anonimato. O homem só é reconhecido quando lega algo à posteridade. Se ao terminar meus dias eu não for reconhecido, peço ao menos que digam ao mundo: morreu um inútil”.

(Almeida, 2007)

RESUMO

Este trabalho tem como tema a história social da Amazônia, buscando responder a problemática quanto à nomenclatura do município e seguindo o objetivo de promover debate acerca história local, entender e valorizar a memória social sobre a polêmica que envolve a origem do nome deste município usando uma Metodologia qualitativa. O estudo bibliográfico histórico intitulado Memória a cerca da Toponímia izabelense, estruturado em três capítulos e destinado à sistematização de uma fonte histórica que faça referência ao processo de construção da memória histórica da origem do nome do Município de Santa Izabel do Pará contada por escritores locais, consta de uma análise bibliográfica e documental pautadas na revisão de livros como o de Nestor Ferreira - Historia do Município de Santa Izabel do Pará e documentos como Relatório dos Presidentes e Ata de Instalação da colônia de Benevides, como também consulta em jornais e revistas sobre o referido assunto. Conclui-se que este tema polêmico que já existe há mais de um século, está repleto de pontos de vista diferenciados, de um lado a memória popular de outro a memória oficial. Portanto o trabalho, foca em uma questão local pretende contribuir com o debate acerca das questões sobre Memória e Identidade Cultural.

Palavras- chave: História Social da Amazônia; História Local; Memória; Município de Santa Izabel.

ABSTRACT

This work has as its theme the social history of the Amazon, seeking to answer the issue regarding the naming of the city and following the aim of promoting debate about local history, understand and value the social memory about the controversy surrounding the origin of the name of this municipality using a qualitative methodology. The bibliographical study titled historical memory about the Toponymy izabelense, structured in three chapters and for the systematization of a historical source that refers to the construction of historical memory of the origin of the name of the municipality of Santa Izabel do Pará told by local writers, consists of a literature review and documentary guided in reviewing books like Nestor Ferreira - History of the County of Santa Izabel do Pará and documents such as Presidents' Report and Minutes Installation colony Benevides, as well as consulting in newspapers and magazines about said issue. We conclude that this controversial topic that has existed for over a century, is full of different points of view, from one side to the other popular memory of official memory. So the work focuses on a local issue aims to contribute to the debate about the issues on Memory and Cultural Identity.

Keywords: Social History of the Amazon; Local History, Memory;

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	9
2	CAPÍTULO - MEMÓRIA, HISTÓRIA, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.....	11
3	CAPÍTULO - HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ.....	16
3.1	HISTÓRICO DA CIDADE DE SANTA IZABEL DO PARÁ.....	17
3.2	A IMPORTÂNCIA DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SANTA IZABEL.....	24
3.3	O SIGNIFICADO DOS PERSONAGENS VALENTIM E IZABEL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE.....	26
4	CAPÍTULO - JOGO DA MEMÓRIA ENTRE A CULTURA POPULAR E A CULTURA OFICIAL.....	29
4.1	PESQUISADORES E HISTORIADORES.....	31
4.2	RELIGIOSOS.....	34
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	36
6	REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	38
	ANEXOS.....	41

1 INTRODUÇÃO

O trabalho intitulado Memória a cerca da Toponímia izabelense foi desenvolvido na sede do município de Santa Izabel do Pará, localizado na região metropolitana de Belém, região nordeste paraense, com o objetivo de promover debate acerca história local, entender e valorizar a memória social sobre a polêmica que envolve a origem do nome deste município. E procurando responder, portanto, a indagações mais corriqueiras na sociedade local sobre esta questão: porque existem duas versões para a origem do nome do município? Porque existem conflitos entre a memória popular e memória oficial.

O tema deste trabalho foi pensado a partir da observação de discussões locais quanto à origem do nome deste município, e que ao fazer o levantamento de fontes para respondê-las, as mesmas encontravam-se dispersas, apenas em bibliotecas particulares, fora do alcance de pesquisadores, e da população local.

Pelo fato de pertencermos à quarta geração de imigrantes nordestinos de origem cearense e potiguar, que fixaram residências neste colonato na época em que fora dado o nome do município, e também por sermos futuros historiadores sentimo-nos na obrigação de debater a memória izabelense.

Que esta história veio sendo contada através da oralidade até chegar à segunda geração de imigrantes, quando foi publicada em livros, jornais, revista, baseadas em memória de antigos moradores, a exemplo da obra de “Moura Filho, Vida Interiorana dos Anos 20- Memórias” (1989) e dos jornais “O jornal o varadouro”, (2003), jornal Diário do Pará (2005), como também a revista “Panamazonica”, (2010), e nas escolas de ensino fundamental desta cidade, a partir da década de 1970, este assunto passou a ser estudado através de apontamentos ou conteúdos sobre a história do município, no qual era abordado o significado de seu nome para ser memorizado com a finalidade de aplicação de provas ou testes de avaliação.

O assunto nunca era discutido ou analisado através de pesquisas, porém a história era sempre a mesma: que uma mulher chamada Izabel veio morar na “Boca da Sexta”, local onde foi iniciado o povoamento da cidade, com seu amante Valentim José Ferreira, o topógrafo que dividiu os lotes de terra e assentou os imigrantes. Ele foi o fundador da cidade. Ela, a quem ele chamava de “Santa”, se destacou no varadouro dos índios Tupinambás socorrendo os doentes e servindo refeições aos transeuntes do caminho que levava a Belém e Bragança e dos rios que interligavam

os povoados ribeirinhos, por isso, logo se tornou uma referência naquele caminho deserto sem veículos motorizados, e também se destacou no porto da vila recém-fundada que ficava ao lado de sua moradia.

Segundo Ferreira (1984) sua benevolência e dedicação para com os trabalhadores que trabalhavam na colonização, e outras pessoas que passavam pelo caminho que levava a Bragança e Belém eram tão grandes que passaram a chamá-la de Santa Izabel em agradecimento aos seus feitos de caridade.

O trabalho foi desenvolvido numa abordagem qualitativa através da pesquisa bibliográfica e documental, com base em obras da história local, que abordam a história das duas santas, como História do Município de Santa Izabel do Pará (Nestor Ferreira, 1984), Do semiárido ao verde amazônico (Moura Filho, 1990), como também os já citados acima. Quanto à estruturação, o estudo dividiu-se em três capítulos:

O primeiro trata do debate teórico que evidencia autores voltados para a discussão sobre memória, enquanto o segundo destaca a história e surgimento do município de Santa Izabel do Pará, já que a pesquisa em questão está intimamente ligada à origem do município e, portanto sua abordagem faz-se relevante, e o terceiro trata da análise bibliográfica, documental e oral da historiografia da origem do nome do município de Santa Izabel do Pará.

2 CAPÍTULO - MEMÓRIA, HISTÓRIA, CONSTRUÇÃO DE IDENTIDADES.

A análise da memória social quanto ao nome da cidade de Santa Izabel, se faz de fundamental importância na formação das identidades sociais da localidade, destacando a relevante memória e o passado sobre a qual sua história foi construída.

Portanto levando em consideração elementos necessários para o processo de construção da identidade local e/ou social, tendo como base a memória, destacamos o que diz Pollak (1989, p. 3-4.),

que a memória coletiva se interessa pelos processos e atores que intervêm no trabalho de constituição e de formalização das memórias, pois "(...) ao definir o que é comum a um grupo e o que diferencia dos outros, fundamenta e reforça os sentimentos de pertencimento e as fronteiras socioculturais [...] a análise dos excluídos, dos marginalizados e das minorias, a história oral ressaltou a importância de memórias subalternas que, como parte integrante das culturas minoritárias e se opõe a "memória oficial, no caso a memória nacional.

Pollak não vê com tanto pessimismo as relações entre história e memória ou entre a memória oficial (nacional) e aquilo que denominou "memórias subterrâneas" em referência às camadas populares. Para Pollak, estas memórias marginalizadas abriram novas possibilidades no terreno fértil da História Oral.

Logo a história social em especial a local faz com que o elemento nativo perceba o seu passado e comprove a sua origem principalmente com quem tem relação com vultos ou documentos, fazendo com que a história lhe traga a ideia de pertencimento do assunto, pois poderá não só propagar como também guardar e proteger para futuras gerações. Sobre isso Brandão (1988, p.11) relata que, "conhecer a sua própria realidade e participar da produção deste conhecimento e tomar posse dele, aprender a escrever a sua história de classe".

Portanto devemos valorizar a história local como elemento formador da história global, pois atores destes fragmentos históricos principalmente da história social vem a enriquecer a trajetória de uma sociedade em uma determinada região em algum espaço de tempo.

Sendo assim a história local pode ser segundo Martins (2000, p.132) concebida como,

a história da particularidade, embora ela se determine pelos componentes universais da História, pelos processos mais amplos e significativos. Isto é,

embora na história local raramente sejam visíveis as formas e conteúdos dos grandes processos históricos, ela ganha sentido por meio deles, quase sempre ocultos e invisíveis.

Portanto, a história local é o ramo da história que estuda as características próprias em escala local ou regional. Por conseguinte, caracteriza-se pela valorização das particularidades, como também das diversidades, pertencentes a indivíduos de um dado lugar, cidade ou região.

A história local pode ser entendida como o ponto de partida para a formação de uma identidade regional. Logo a importância de estudar e pesquisar a história local torna-se um exercício de memória e preservação que contribui para o desenvolvimento da comunidade.

Outra contribuição do estudo da história local é trazer uma nova visão para o ensino de História, pois mostra as pessoas simples que elas fazem parte do processo histórico, deixando para trás a história objetiva e tradicional, valorizando a história de pessoas comuns. Fazendo relação entre passado e presente utilizando aquilo que é comum ao estudante, o aproximando e fazendo com que ele se interesse pela disciplina história, fornecendo-o base para entender que a sua história e de sua comunidade estão inseridas dentro de um contexto mais global e que sim, contribuem para a formação de uma identidade nacional.

Assim como afirma historiadora Circe Bittencourt (2004, p.121),

[...] que o ensino de História deve efetivamente superar a abordagem informativa, conteudista, tradicional, desinteressante e não significativa-para professores e alunos- e que uma das possibilidades para esta superação é sua problematização a partir do que está próximo, do que é familiar e natural aos alunos. Esse pressuposto é válido e aplicável desde os anos iniciais do ensino fundamental, quando é necessário haver uma abordagem e desenvolvimento importante das noções de tempo e espaço, juntamente com o início da problematização, da compreensão e explicação histórica e o contato com documento.

Então o estudo da história local se faz necessária, pois atende as exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) - Lei nº 9.394/96, artigo 26, enfatiza que a parte diversificada dos currículos do ensino fundamental e médio deve observar as características regionais e locais da sociedade e da cultura, o que abre espaço para a construção de uma proposta de ensino de História Local voltada para a divulgação do acervo cultural dos municípios e estados.

Desse modo história local nos permite seguir o caminho e as transformações sofridas e observadas pelas minorias, e é nesse contexto que surge o interesse

sobre a memória que envolve o nome dado ao município de Santa Izabel do Pará, procurando-se saber através da memória local, de quem foi herdado tal nome. Poderia esse nome ter vindo da representante da memória oficial a Santa Católica Santa Izabel de Portugal ou da representante da memória popular “Santa” Izabel de Valentim José Ferreira o topógrafo que demarcou as terras da atual município.

Portanto o surgimento destas memórias vem ocasionando, conforme aponta Pollak,

a disputa entre memórias ou a luta entre a memória oficial e as memórias subterrâneas. Este embate que se trava pela incorporação destas memórias marginalizadas, silenciadas, é um embate pela afirmação, sobretudo, de uma identidade que, por pertencer a uma minoria, encontra-se marginalizada (1989, p. 3-15).

A história social, é tida como as histórias das minorias, pelo fato de ser pouco documental e mais oral, sendo assim abre um grande precedente para o uso da historiografia, haja vista a natureza das fontes possuírem tendências, havendo as possibilidades de versões diferentes.

A história é a compilação dos fatos que ocuparam maior lugar na memória dos homens. No entanto, lidos nos livros, ensinados e aprendidos nas escolas, os acontecimentos passados são selecionados, comparados e classificados segundo necessidades ou regras que não se impunham aos círculos dos homens que por muito tempo foram seu repositório vivo (HALBWACHS, 2006, p. 100-1).

Os registros literários do passado representam a história como um todo, haja vista que esses registros narram os fatos que o autor elegeu, ficando assim uma grande parte de seu registro, que somente através da memória conduzida pela oralidade poderá resgatar estas partes da história.

Não basta reconstituir pedaço a pedaço a imagem de um acontecimento passado para obter uma lembrança. É preciso que esta reconstrução funcione a partir de dados e noções comuns que estejam em nosso espírito e também nos dos outros, porque elas estão sempre passando destes para aquele e vice-versa, o que será possível somente se tiverem feito parte e continuarem fazendo parte da mesma sociedade, de um mesmo grupo. Somente assim podemos compreender que uma lembrança seja ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída (HALBWACHS, 2006, p. 39).

Os fragmentos da história oral são de suma importância na formação de um conjunto de conhecimentos, oriundos de várias fontes com o mesmo tema, pois assim a história local é reconstituída através da oralidade que passam a fazer parte da história global.

Para Halbwachs,

não é preciso que as pessoas estejam presentes materialmente, pois “para confirmar ou recordar uma lembrança, não são necessários testemunhos no sentido literal da palavra, ou seja, indivíduos presentes sob uma forma material e sensível (2006, p.31).

As lembranças coletivas se completam através das lembranças individuais, pois às vezes as imagens formadas por um indivíduo vem se completar com a de outro, passando a ser de conhecimento geral de determinado núcleo social, passando a fazer parte da sua história.

O trabalho é relevante científica, social mente e de extrema importância para o ensino da história do nosso município, que esta vulnerável e ou pouco enriquecida da historia local, assim contribuindo para a elaboração de programas escolares do município, subsidiando futuros pesquisadores nas buscas para uma explicação conclusiva e convincente sobre esta polêmica que já existe há mais de um século.

Dentro do mesmo contexto Meihy (2000, p. 29) comenta que,

A história oral é um conjunto de procedimentos que se iniciam com a elaboração de um projeto e que continuam com a definição de um grupo de pessoas (ou colônia) a ser entrevistados, com o planejamento da condução de gerações a transcrição para o uso, arquivamento e sempre que possível, com publicação dos resultados que devem em primeiro lugar voltar ao grupo que geram as entrevistas.

Os conteúdos históricos colhidos através de entrevistas em busca da história oral, quando elaborados estes devem ter o conhecimento dos entrevistados que originaram, pois assim pudessem formar conhecimento para serem arquivados e usados na construção da historia local.

Thompson (1992, p. 1370) “a evidencia oral, transformando os objetos de estudo em sujeito contribui para uma história que não só é mais rica, mais viva e mais constante, mas também verdadeira”.

A grande importância da historia oral é o fato de fazer parte do individuo de determinado local, sendo este a própria fonte, fazendo com que venha ser a sua historia, diferentemente da historia bibliográfica que narra fatos que às vezes o pesquisador não conhece com maior profundidade. Pois a historia oral transforma as fontes orais em objetos a serem estudados na história social.

Neste sentido, o uso desses instrumentos teóricos de método histórico nos permitiu avançar sobre a pesquisa social em relação às sociedades amazônicas, a

construção e desconstrução de sua memória social, como a memória sobre Santa Izabel apresentada nos próximos capítulos.

3 CAPÍTULO - HISTÓRIA DO MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ

A atual cidade de Santa Izabel do Pará localiza-se na região fisiográfica Bragantina. E que em divisão territorial datada de 31/12/1963, o município é constituído de 3 distritos: Santa Izabel do Pará, Americano e Caraparú, com um População em 2010 de 59.466 possuindo uma Área da unidade territorial de 717,662 (Km²) e uma densidade demográfica igual 82,86 (hab./Km²).

Figura 1. Mapa do Município de Santa Izabel do Pará



Fonte: Barreto (2007)

Também conhecida como cidade dos igarapés, devido a exuberância de seus balneários desperta curiosidades também na formação de sua população, pois encontramos uma sociedade composta em sua maioria por imigrantes nordestinos que foram a base da colonização izabelense e sua presença é notada

principalmente através da religiosidade católica bem acentuada, que se manifesta na criação dos círios comemorados no local, como por exemplo, o de Santa Izabel rainha de Portugal, atual padroeira da cidade.

Outro grupo presente na história da cidade são os japoneses, que contribuem de forma significativa, pois os mesmos introduzem novas técnicas de plantio influenciando também em nossa alimentação incluindo pratos como a yaksova, sushi e etc.

No entanto não podemos deixar de citar a presença de comunidades de remanescentes de quilombos, que são muitos presentes durante esses muitos anos de história, não só izabelense como do Brasil, incorporando a sua ginga e criatividade e seus instrumentos na música, outro fato é a crença religiosa e a forma com que ela está sincretizada em nossa sociedade, principalmente em rituais como a dos banhos de cheiro, e seguindo-se temos a inclusão de palavras em nosso vocabulário como cachaça, oxum, mocambo e outras que permeiam a nossa sociedade.

Desse modo podemos dizer que a formação cultural da cidade é rica em diversos aspectos, o que faz com que este estudo tenha ainda, mais relevância para a sociedade izabelense.

3.1 HISTÓRICO DA CIDADE DE SANTA IZABEL DO PARÁ.

Sabe-se que seus fundamentos históricos foram lançados em 1848, quando o Governo Imperial objetivando povoar aquela região (bragantina), concedeu, ao Governo da Província do Pará, vasta gleba para implantação agrícola, situada à margem do antigo varadouro dos índios tupinambás, também conhecido como Estrada do Maranhão ou de Bragança. (IBGE, 2010).

Figura 2: Mapa que destaca o varadouro dos índios tupinambás



Fonte: Ferreira, História do município de Santa Izabel do Pará, (1984).

Nunes (2008, p.155), contribui dizendo que “O governo reconhecia os problemas enfrentados pela agricultura no Pará e apostava todas as fichas nos programas de colonização, principalmente a criação das colônias agrícolas”.

Dando sequência ao seu ponto de vista relata que,

A intenção das autoridades provinciais era, a partir da ampliação das áreas de cultivo, atender as demandas de produtos comercializados na província, o que colocava a criação dos núcleos coloniais no Pará também como estratégias para desenvolver a economia regional, visto que uma das metas das colônias agrícolas era garantir, através dos produtos vindos desses núcleos, o abastecimento dos mercados que antes dependiam do comércio com outras províncias (NUNES, 2008, p.155).

Nunes em seu relato faz referência com a intenção do governo em colonizar as extensas áreas de terra da zona bragantina para que estas pudessem abastecer a capital Belém, e dessa forma impulsionar a economia nesta região com produtos agrícolas.

Seguindo o mesmo contexto, Augusto Meira Filho (1990, p. 55- 56) informa que,

Mais de dois séculos se passaram e muitas áreas de terras banhadas pelos rios navegáveis situados às proximidades de Belém haviam sido concedidas, incluindo as do rio Guamá (na parte sul deste município). Mas, aquele varadouro continuava praticamente com seu aspecto primitivo embora existisse a Lei Imperial nº 514 de 28/10/ 1848, estabelecendo normas às Províncias para a implantação de núcleos coloniais e a lei 226 de 15/12/1853 da Assembléia Legislativa da Província, visando à introdução de imigrantes.

Meira Filho em seu comentário também expõe a preocupação do governo em colonizar estas terras da zona bragantina, pois em dois séculos de ocupação a situação econômica e social da região não havia mudado.

Fazendo referência ao surgimento do município Siqueira (2008, p. 106-107) ressalta que,

O município de Santa Izabel do Pará era um prolongamento da colônia de Benevides, sendo assim subordinada a colônia Nossa Senhora do Carmo de Benevides. Em 1888, uma nova leva de imigrantes, num total de 3.480 flagelados, ocupa os terrenos abandonados nos núcleos de Benevides, Santa Izabel e Araripe e marca mais um período de povoamento.

Siqueira comenta que as terras onde hoje é o município de Santa Izabel do Pará também estavam inseridas nos planos do governo para colonização, porque neste período começaram a ser enviadas novas levas de imigrantes nordestinos para região.

Outro ponto importante a ser comentado em relação ao surgimento do município é a facilidade no escoamento da produção, pois, na época da colonização em seu território existiam rios que possibilitavam a navegação.

Assim Ferreira (1984, p. 61,) descreve que, “a sexta transversal oferecia melhores condições ao colono visto existir no término dois igarapés navegáveis, o Prata e o São Francisco para serem utilizados mais tarde, como pontos de escoamento da produção agrícola”.

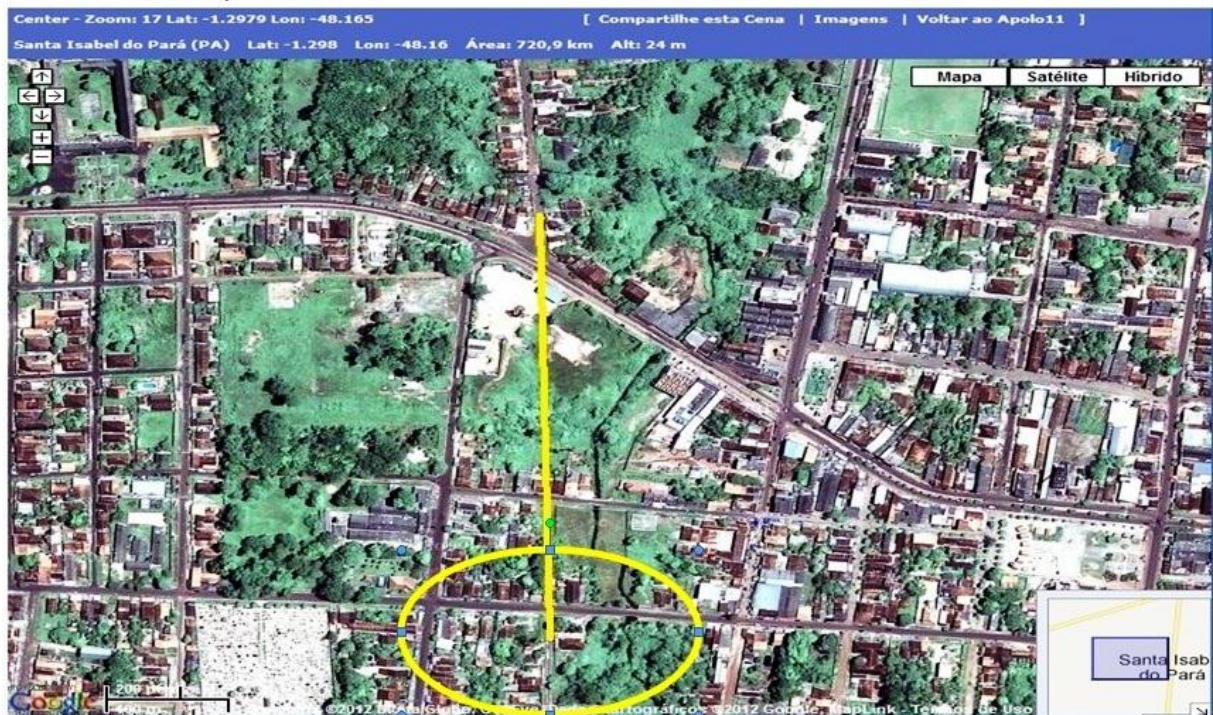
Os rios podem ser considerados de muita importância até hoje em nossa região, pois onde não existiam estradas, os rios serviam e ainda de vias de transporte, principalmente naquele período, quando praticamente não existiam caminhos terrestres até a capital.

Ferreira (1984, p. 21), coloca que,

[...] em 1873 foi demarcada a área para a instalação da colônia de Benevides e abertos 170 lotes até a quarta travessa Uruburetama e, no mesmo ano continuando com as demarcações atingiu a oitava e última travessa Mucuripe.

Portanto pode-se dizer, que entre a quarta e a oitava travessa encontra-se hoje localizada a sede do município que é a área deste estudo.

Figura 3: Local onde se originou o povoado. (Boca da Sexta)



Fonte: www.apollo11.com, Acesso em 10/07/2013.

Em seus escritos, o autor Cruz (p. 610, 1969), informa que “em 13 de junho de 1875 foi inaugurada a colônia (já mencionada anteriormente) que posteriormente foi chamada de Santa Izabel de Benevides”. Comenta também que “neste mesmo ano, foram instalados 108 imigrantes estrangeiros”.

Com a criação do projeto de formação de núcleos colônias, varias famílias colonizadoras foram alocadas no núcleo Nossa Senhora do Carmo de Benevides visando a solucionar o problema de abastecimento da metrópole (Belém), fazendo o povoamento com a participação de estrangeiros vindo da Europa, que deixavam sua terra natal em decorrência de problemas políticos, sócias e epidemiológicos, que assolavam o velho continente. Para dar suporte e apoio a esses colonizadores o governo inicia o projeto de construção de uma ferrovia entre o capital e a colônia.

Figura 4: Quadro de estrangeiros instalados na colônia de Benevides.

NACIONALIDADES	ENTRARAM			SAHIRAM			EXISTEM		
	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Crianças</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Crianças</i>	<i>Homens</i>	<i>Mulheres</i>	<i>Crianças</i>
Franceses	183	14	17	127	8	8	56	6	9
Italianos	38	1	1	30			8	1	1
Belgas	10			7			3		
Argentinos		1	1		1	1			
Prussianos	2			2					
Hespanhóes	29	2	5	27	2	5	2		
Inglezes	3			3					
Norte-Americanos	1			1					
Suissos	7	3	1	5	2		2	1	1
Allemaes	7	1	2	7	1	2			
Brazileiros	12	8	14	5	1	2	6	7	13
Portuguezes	1						1		
Sommas parciaes	303	30	41	214	15	18	78	15	24
Somma total	364			247			117		
							364		

Fonte: Relatório dos Presidência da Província do Pará, 15/02/1877.

A colonização feita a principio por estrangeiros não teve um efeito positivo, onde a maioria volta para sua terra ou outros lugares, deixando a colônia quase que desabitada, fato pelo qual parte do governo provincial, pedia a extinção da mesma por ser uma geradora de despesas aos cofres públicos, restando poucas famílias, entre elas Fanjas, Begot, Ligier, Loret, Dax e outras. Tendo como principal motivo do abandono, a difícil comunicação com Belém, e doenças que assolavam a Amazônia como um todo.

Sobre esse fato Ferreira (1984) relata que em 1877 no governo do então presidente Dr. Capristano de Melo Filho, foi proposta a extinção do núcleo de N.S. do Carmo de Benevides sob alegação de a mesma estar causando prejuízo aos cofres públicos.

A necessidade de povoamento vem ser suprida com a chegada de nordestinos, em especial do Ceara, Rio grande do norte e Paraíba, que chegavam a Belém em grandes grupos, amontoados em navios, que ao desembarcarem, acampavam em torno do forte do castelo, gerando um problema na vida urbana de Belém. O governo do Dr. João Capistrano Bandeira de Melo, pressionado pela

sociedade paraense, temendo pela segurança, resolve aloca-los na quase extinta colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides.

Figura 5: Quadro demonstrativo dos lotes de terras para o cultivo na colônia de Benevides

LOTES DE TERRAS PARA CULTIVO NA COLÔNIA BENEVIDES EM 1878						
Demonstrativo das Linhas		Nº. de lotes ocupados por cearenses	Nº. de lotes ocupados por estrangeiros	Totalidade dos lotes ocupados	Totalidade dos lotes desocupados	Totalidade dos lotes
Benevides	Linha Fortaleza	82	15	97		97
	1ª Transversal Ibiapaba	37	03	40		40
	2ª Transversal Araripe	45	01	46		46
	3ª Transversal Meruoca	33	01	34		34
Santa Izabel	4ª Transversal Uruburetama	36		36		36
	5ª Transversal Baturité	34		34		34
	6ª Transversal Aratanha	35		35	01	36
	7ª Transversal Maranguape	20		20	16	36
	8ª Transversal Mucuripe	10		10	05	15
Total		332	20	352	22	374

Fonte: *O Liberal do Pará* de 06 de abril de 1879.

Fonte: Apud CRUZ. (1969, p. 49)

A imigração nordestina para os diversos estados do Brasil sempre foi objeto de atenção dos estudiosos, vez que esses elementos sempre compuseram o exército de reserva de mão-de-obra do país, desde o período colonial até os dias atuais.

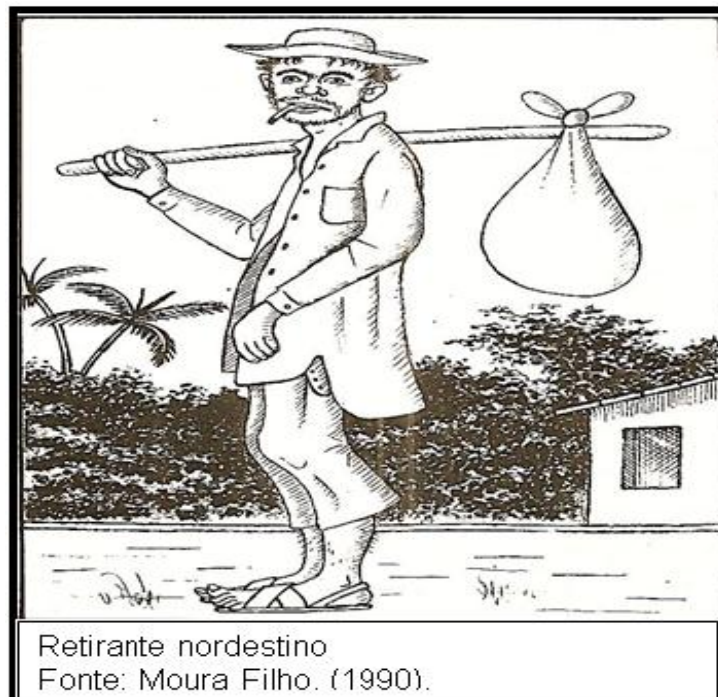
A administração provincial do Pará procurou aliar os interesses da região com a necessidade de garantir abrigo aos que desejassem migrar para o Pará. Essa prática ao que se sabe remonta desde o Século XVIII na Amazônia, quando se descobriu a borracha, e que como sua comercialização e exportação teria um aumento significativo. Pela sua característica de produção, a borracha exigia quantidade substancial de pessoas em seu processamento, desde a retirada da seiva da seringueira, até o produto pronto para exportação, também gerando a seu tempo a locomoção de retirantes para o trabalho na produção.

Desse modo foram instalados os imigrantes nordestinos assim com podemos observar também abaixo:

Com lástima temos visto lançados fora de seus lares, perseguidos pelos horrores da fome, centenas de milhares de nossos infelizes compatriotas cearenses. Um crescente número destes tem buscado refúgio em nossa Província. A benevolência do Governo Geral para com esses infelizes brasileiros tem concorrido para trazer a esta Província mais um elemento de prosperidade. Não pequeno número desses emigrantes tem procurado por si viver com suas famílias acoberto da miséria. Outros e destes e o maior número, se acolheram aos núcleos de Santarém, Benevides e agora em Santa Izabel e caminho da Vigia (JOSÉ DA GAMA E ABREU, Presidente da Província do Pará, 16/06/1878).

Nesse sentido podemos identificar o porquê da mão-de-obra nordestina sempre estar sendo acionada e mandada para as regiões mais perigosas do Brasil. Este fluxo migratório populacional deve-se muito ao fato das condições de vida desse povo tão sofrido, e que muito por incentivo ou propagandas do governo vai à busca de promessa de uma vida melhor que tem representação na abundância de recursos naturais, como também promessas de riqueza, a posse de um pedaço de terra tudo aquilo que ele não tinha até o momento em sua terra natal.

Figura 6: Retirante nordestino



Fonte: Moura Filho (1990).

A população do município de Santa Izabel a partir de então passa a ser composta em grande maioria por nordestinos, assim como consta nas memórias da

moradora Maria Sônia¹, dizendo que “minha avó [...] era de origem nordestina, e veio pra cá com os imigrantes nos anos de 1900”.

Portanto a fuga de nordestinos mediante ao flagelo da seca vem a se tornar mais um importante e talvez o principal elemento que passa a povoar as Colônias criadas pelo Governo, e dessa forma contribuindo para o surgimento de diversos povoados, que com o tempo se desenvolveriam.

3.2 A IMPORTÂNCIA DA ESTRADA DE FERRO DE BRAGANÇA PARA O DESENVOLVIMENTO DE SANTA IZABEL

Sabendo da importância da ferrovia para o município, analisamos o que diz Ferreira (1984, p. 69). O mesmo faz um breve comentário a respeito do processo para adquirir o direito da construção da ferrovia, relata que,

em 5 de fevereiro de 1883 o Sr. Bernardo Caymari (que era o líder da sociedade anônima de capitalistas, que tinha o propósito de construir a ferrovia bragantina), haver adquirido o direito de construção da estrada e reivindicava o reconhecimento do governo para iniciar a construção da ferrovia. [...] finalmente em 16 de junho de 1883, a ferrovia bragantina, uma das primeiras estradas introduzidas, construídas no Brasil, e uma das primeiras do Pará, contribuíram tanto para o progresso da região quanto para o desenvolvimento do espaço amazônico, teve início com a colocação dos primeiros trilhos na cidade de Bragança. Este acontecimento foi à causa de grandes comemorações pelas autoridades dos mais variados grupos da sociedade paraense.

A estrada de Ferro de ferro de Bragança, representava grandes modificações na colônia de santa Izabel e localidades vizinhas, no que se refere a políticas, econômicas, sociais e culturais, introduzindo novos valores, principalmente porque muitos imigrantes estrangeiros e nordestinos vieram para a Amazônia, e aqui somaram-se aos habitantes locais, que juntos atuavam na produção agrícola formando na região bragantina um cinturão de cultivo de alimentos para o abastecimento da metrópole.

Portanto Ferreira (1984, p.74) destaca que,

A primeira etapa da construção da estrada de ferro aconteceu de 1884 a 1885, quando foi realizada a construção do trecho ferroviário que ia de Belém a Benevides [...]. A segunda fase da construção da ferrovia aconteceu de Benevides a Apeú, que durou quatro meses, cujos trabalhos

¹ Maria Sonia Costa da Costa, 55 anos entrevistada dia 27 de junho de 2013 em sua residência que está localizada no município de Santa Izabel do Pará.

incluiram o núcleo colonial de Santa Izabel que teve seu tráfego liberado em 16 de março de 1885.

Em outra obra bibliográfica percebemos mais nitidamente a influência que a ferrovia exerceu sobre o município. Siqueira (2008, p 108 e 109), coloca que o povoamento de Santa Izabel tem início na década de 1870, formando inicialmente um povoado com imigrantes nordestinos.

Voltando a obra de Siqueira (2008, p. 108 e 109), o mesmo descreve que neste ínterim, a chegada da estrada de ferro em Santa Izabel no dia 16 de março de 1885 foi solitária e sem festa, o povoado tinha pouco mais de vinte habitações.

Figura 6: Inauguração do trecho da estrada de ferro em Santa Izabel em 16 de março de 1885



Fonte: Siqueira (2008, p.108).

Diante do exposto é válido ressaltar que a Estrada de Ferro passaria a fazer parte do cotidiano de um número cada vez maior de pessoas, iniciando uma nova época para o município, assim como também novas expectativas para aquelas que até então, não tinham sido contempladas pela ferrovia e vivenciando o cenário

moderno representado pela locomotiva. Passando a construir com maior amplitude o desenvolvimento representado pela chegada do trem em Santa Izabel. O que nos leva ao próximo item, pois se não fossem Valentim e Izabel durante a abertura e colonização da área não poderia ser dada início a construção da estrada de ferro.

3.3 O SIGNIFICADO DOS PERSONAGENS VALENTIM E IZABEL NA CONSTRUÇÃO DA CIDADE

Dentro da memória social do município existe uma história de que o nome da cidade de Santa Izabel do Pará origina-se do nome de uma mulher a qual era companheira de Valentin, que se chamava Izabel, pessoa dotada de grande bondade e solidariedade com os trabalhadores, que praticando terapias através da manipulação de ervas medicinais, passa a gozar de grande prestígio e admiração, por parte das pessoas residentes no local, que lhes dão a denominação de “Santa”, em reconhecimento aos favores recebidos e a dedicação ao próximo, passam a usar a expressão “vamos a Santa Izabel”, quando precisavam de algum atendimento.

Falar de Izabel e Valentim é fundamental em nossa pesquisa, pois os mesmos lançam as bases para a colonização e provável toponímia deste município. Assim examinamos os textos de Moura Filho (1990, p. 78), descreve os trabalhos do recém-contratado do governo provincial o Capitão Valentim José Ferreira,

nos serviços de distribuição de terras, localização dos imigrantes, bem como para tratar de assuntos relativos à colônia. O qual, para melhor orientar os serviços construiu uma barraca para depósito de instrumentos topográficos, ferramentas e também para servir de moradia sua e da mulher Izabel que o acompanhava, antes mundana residente na zona do meretrício em Belém.

Notamos que na citação anterior, o autor é o único a trazer a informação um tanto pejorativa quanto a pessoa de Izabel, taxando-a de mundana vinda de um meretrício de Belém. Sendo que tal informação não pode ser comprovada através de documentos.

Em sua obra Ferreira (1984, p 66, 67,58, 59, 60) destaca que,

Valentim foi o verdadeiro fundador de Santa Izabel. Se nada mais tivesse realizado nesse povoado bastava sua feliz iniciativa de conduzir para a colônia a mulher de nome Izabel que como meiseira prestou relevantes serviços aquele povo entregue a sua própria sorte o que lhe resultou o cognome de Santa Izabel. Ela passou a viver com Valentim desde a fundação da colônia de Benevides. [...] alguns melhoramentos foram

introduzidos na Colônia de Benevides, ou melhor, nos núcleos de Benevides, Santa Izabel e o caminho da Vigia. Era um novo Brasil que o partido Liberal queria fazer acreditar, mas, o trabalho do Capitão Valentim jamais ficaria relegado ao esquecimento. [...] Na época da localização dos aludidos imigrantes, Valentim era o encarregado de distribuir terras aos colonos, e por isso não tinha residência fixa. [...] A pressa com que era feito o serviço obrigou o Capitão Valentim a se instalar com sua mulher na entrada da 6ª travessa, denominada como Boca da Sexta.

Depois de pesquisarmos e observarmos o histórico de todas as obras acima citados, percebemos que as informações trazidas pelos autores em grande maioria, foram adquiridas através de fontes orais e depois transformadas em publicações, quase sempre contendo as mesmas informações sobre o casal Valentim José Ferreira e sua companheira Izabel, sendo os mesmos considerados responsáveis pela fundação e nomenclatura deste município. Outro destaque é que de fato podemos comprovar que Valentim realmente prestou serviços para o governo.

No ato de comprovar tal informação consultamos os relatos de Cruz (1958, p. 63, 64 e 65), confirmando que “Valentim José Ferreira participou das comemorações da instalação da Colônia de Benevides no dia 13 de junho de 1875”. Em sua obra o mesmo transcreve o que diz na Ata de instalação da colônia de Benevides,

Recebendo o senhor presidente uma machadinha deu com ela o primeiro golpe em uma das arvores da nova colônia, sendo a mesma cerimônia efetuada por membros da comissão, autoridades e cavalheiros presentes. Depois do que, dados vivas a prosperidade da colônia. Eu Francisco ribeiro da silva jr, chefe de cessão servindo de oficial maior escrevi e assinei: [...] Antônio Gonçalves Nunes [...], Valentim José Ferreira [...] (CRUZ, 1958, p. 63, 64 e 65).

O fato da presença de Valentim em nosso município pode também ser identificado nas memórias de dona Maria Sônia, pois a mesma lembra o seguinte,

O que sei é sobre a história de uma mulher de nome Izabel, que veio pra cá no início da colonização de nosso município com seu marido, que chegou com o propósito do governo de abrir os lotes de terra, e assim facilitar a colonização de nosso município, o nome dele era Valentin José Ferreira, inclusive é nome de rua aqui na cidade.

Sendo assim o fato é concreto que Valentim através de decreto Governamental foi incumbido de dar início a colonização do atual município de Santa Izabel do Pará.

Neste capítulo procuramos fazer um breve histórico sobre o desenvolvimento do município, dessa forma ordenando fatos inerentes à cronologia histórica da cidade, a importância da Estrada de Ferro de Bragança, sendo o viés que

possibilitou o progresso da região, e o significado dos personagens Valentim, que foram primordiais no processo de colonização, e Izabel que segundo relatos de autores, foi uma mulher pioneira provida de inúmeras qualidades usadas em benefício dos trabalhadores do colonato, e por isso, recebeu dos mesmos a alcunha “Santa”, e assim emprestando seu nome a este lugar, contribuindo assim na construção da cidade, logo tais conhecimentos serão de extrema importância para o entendimento do próximo capítulo, em que iremos abordar e analisar o assunto que é tema deste trabalho de pesquisa a cerca do jogo de memória entre a memória oficial e a memória popular que envolve o nome do município de Santa Izabel do Pará.

4 CAPÍTULO - JOGO DA MEMÓRIA ENTRE A CULTURA POPULAR E A CULTURA OFICIAL.

Neste capítulo é proposto analisar as bibliografias que fizeram menção as divergências quanto à nomenclatura do município de Santa Izabel do Pará. Durante a pesquisa encontramos vários relatos que exemplificam a necessidade de retomar a memória acerca do nome de Santa Izabel, mas como também a falta de manutenção sobre história e memória local. Um exemplo bem recente é a reportagem do jornal O Varadouro,

Tanta polêmica sobre a origem do nome do município de Santa Izabel pode ser explicada pelo desconhecimento, fato constatado entre os estudantes do colégio Antônio Lemos. De acordo com a enquete, a maioria deles não sabe o porquê do nome Santa Izabel [...] A gente nunca estudou isso aqui; [...] A história do município deveria ser contada na própria escola; O que sei de História aprendi nos livros, mas da nossa história não sei nada da origem do nome de Santa Izabel; [...] Eu bem que gostaria de saber. Sinto falta, principalmente quando converso com pessoas de fora. É como passar atestado de incompetência; [...]. Creio que a escola poderia ajudar nisso” (Jornal O VARADOURO, 2002, p.7).

De início pode-se perceber que a memória histórica sobre o nome de nossa cidade encontra-se apagada para as gerações, como esta do Colégio Antônio Lemos, vemos a dificuldade em transmitir o que se conhece sobre a história local de nosso município, pois não há o cuidado em preservar a mesma, e com o tempo ficou esquecida até alguns pesquisadores locais exporem suas lembranças sobre o topônimo izabelense em seus escritos.

Desse modo pode-se observar também o relato do morador Raimundo Menezes².

A história do nome do nosso município é muito difícil de dizer [...] de tudo que ouvi posso dizer que sempre ficaram duas que me marcaram, a primeira era sobre a mulher de um trabalhador do governo que abria as terras do município e enquanto ele trabalhava ela ajudava cuidando dos ferimentos e doença dos trabalhadores e assim ela era chamada de santa, e por seu nome ser Izabel ficou o nome de santa Izabel. A outra e a de que o nome da cidade vem da imagem de santa Izabel Rainha de Portugal presente na igreja da cidade é só o que eu sei. [...] Aqui na nossa cidade essas histórias vão se perdendo, ela é até conhecida como a cidade do já teve.

Podemos notar através deste relato o conhecimento de alguns populares da existência de duas versões sobre a origem do topônimo do município izabelense, destacando também a preocupação com a manutenção da memória popular.

² Raimundo Menezes, 83 anos entrevistado dia 28 de julho 2013 em sua residência, localizada no Município de Santa Izabel do Pará

No entanto é necessário explicitar quais as versões para o nome do município, existentes no silêncio da memória izabelense segundo o que se diz são as seguintes, a primeira comenta que o nome teria derivado de uma mulher de nome Izabel, que teria vindo morar na sexta transversal Aratanha com um homem de nome Valentin José Ferreira, o agrimensor que abriu e posteriormente assentou os imigrantes na colônia que daria origem ao município, já a segunda é referente a Santa Izabel Rainha de Portugal,

filha de D. Pedro III, futuro rei de Aragão, e de, Constância de Secília e bisneta de santa Izabel da Hungria, nasceu em Saragoça Espanha, segundo uns em 1270, segundo outros em 1271. Aos doze anos, pedida em casamento por três príncipes, foi dada pelo pai, como esposa ao mais próximo, D. Diniz, herdeiro do trono de Portugal. Faleceu em Extremoz, (Portugal), em 4 de julho de 1336, tendo seu corpo sido transportado para o convento de santa clara, onde se encontra, milagrosamente incorrupto. Foi a única santa canonizada pelo Papa Urbano VIII. Sua festa foi fixada em 4 de julho. É invocada como “mensageira da paz nos lares” (Programa da paróquia de Santa Izabel de Portugal, 2004, p. 3).

Logo na memória oficial do município izabelense também encontrasse presente a história de que o nome do município teria sua origem em detrimento a Santa da Igreja Católica, Santa Izabel Rainha de Portugal.

Figura 7: Foto da imagem de Santa Izabel Rainha de Portugal presente na igreja católica deste município.



Fonte: Os Autores (2011)

As versões encontram-se claras nas memórias da moradora Maria Sonia,

O que sei é sobre a história de uma mulher de nome Izabel, que veio pra cá no início da colonização de nosso município com seu marido, que chegou com o propósito do governo de abrir os lotes de terra, e assim facilitar a

colonização de nosso município, o nome dele era Valentin José Ferreira, inclusive é nome de rua aqui na cidade. A mulher dele ajudava os doentes naquela época, com ervas medicinais e remédios do seu marido, e por conta disso a chamavam de Santa, e assim o nome daqui ficou com o nome dela. Também existe outra história aqui na cidade, de que o nome de nosso município surgiu do nome da Santa Izabel de origem portuguesa, a imagem dessa Santa foi trazida pra nossa cidade a muito tempo atrás, e por conta disso o nome daqui é por causa dela.

Nesse sentido se apresenta na memória dos moradores de Santa Izabel do Pará um jogo de memória entre as duas versões.

4.1 PESQUISADORES E HISTORIADORES

Este item é de fundamental importância para tentar esclarecer as versões que rodeiam a origem do nome do município de Santa Izabel do Pará, pois o mesmo faz a discussão historiográfica a cerca do tema em questão, e através dos autores a seguir, objetiva a retomada do debate que já acontecia na cidade há muito tempo, e que a partir de então fora abordada oficialmente.

Com o título Ensaio para uma História, o autor a seguir, publicou no Jornal A Província do Pará, matérias sobre a memória que envolve a origem do nome do município.

A denominação de cidade de Santa Izabel do Pará vem da existência dessa pobre mulher do povo que após sofrer o abandono de seu amásio Valentin, experimentou a última fase de uma vida cheia de tropeços, fornecendo refeições a trabalhadores sem família, auferindo uns minguados vinténs para o seu sustento [...] (PERGENTINO MOURA, jornal A PROVINCIA DO PARÁ, 29 de agosto 1976, p. 05).

Pode-se perceber na citação deste item, que o autor da matéria, e podemos destacar também, morador desta cidade, foi o primeiro pesquisador que trouxe à tona a discussão sobre a memória que envolve a origem do nome deste município, publicou no jornal A Província do Pará algumas considerações a cerca do assunto, em tais escritos ele descreve minuciosamente, fatos que nos revelam a existência de um empreiteiro e sua amante de nome Izabel, que o acompanhava e tratava das enfermidades dele e de seus trabalhadores, durante a limpeza da estrada de Bragança, sendo reconhecida por sua caridade, e dando o seu nome a localidade, ficando assim denominada Santa Izabel.

Após a primeira publicação de autoria de Pergentino o historiador Augusto Meira Filho o critica no jornal A Província do Pará.

Que a história da doação de uma imagem de Santa Izabel, para a paróquia local, assim como o nome dado ao lugarejo ser uma homenagem a esta Santa não é menos verdadeira que a da amante de Valentim, Izabel “não sei das quantas”, cujos obscuros feitos deram-lhe o epíteto de “heroína”. Ora, se a Izabel fosse tão amável e doce como se apregoa não se poderia conceber que Valentim a abandonasse! [...] Agora é difícil acreditar que, uma prostituta da capital da Província, desacostumada da vida no campo, tivesse conhecimento de ervas medicinais mais do que os colonos que no primitivo povoado de Santa Izabel já existiam (AUGUSTO MEIRA FILHO, jornal A PROVÍNCIA DO PARÁ, 1976 p, 05).

O historiador mesmo fazendo sua crítica, confirma que Valentim José Ferreira realmente prestou serviços para o governo, porque seu nome consta na Ata da inauguração da colônia, quanto a Izabel, refere-se da seguinte maneira: “Izabel não sei das quantas”. O que podemos evidenciar nesta discussão é o que já acontecia em âmbito local sobre o jogo entre as memórias oficial e popular. Assim observa-se o relato da moradora Maria Isomar³ dando vazão as suas memórias, dizendo que “o nome da cidade teria vindo de uma mulher que era puta de um homem chamado Valentim que abriu as terras da nossa cidade”.

Neste relato identificamos o profundo descaso com a memória popular, logo se percebe a confusão gerada pela falta de informação e pesquisa sobre o topônimo do município e a sobreposição da memória oficial sobre a memória popular, deixando a segunda no silêncio como uma memória marginalizada.

O historiador Raimundo Franciel Paz, residente desta cidade, em seus comentários confirma a existência de Izabel e de Valentim e Izabel na “Boca da Sexta”. Destacando também a possível tentativa de parte de alguns segmentos da sociedade em apagar da memória a figura da mulher de Valentim da nossa história. Fazendo com que as gerações posteriores não entrassem em contato com tal versão para a toponímia do município, negando assim a memória local de nossos antepassados.

[...] A padroeira do lugar era Santa Maria [...] o padre Lira [...] trouxe de Portugal uma nova imagem, Santa Izabel rainha de Portugal. [...] Seria uma tentativa ardilosa, [...] da igreja em tentar nas gerações futuras apagar da memória do povo que a origem do nome Santa Izabel se deve a Izabel, mulher de Valentim (Paz, Jornal O BOCÃO, 2007, pag.06).

Portanto seguindo as afirmações acima, salientamos o que consta em Carta endereçada a Câmara de Vereadores do Município de Santa Izabel redigida pela moradora e escritora izabelense Minervina Sousa,

³ Maria Isomar de Brito Silva, 63 anos entrevistados dia 28 de julho 2013, na residência de um dos autores.

A homenagem a Santa Izabel de Portugal, padroeira dos católicos, feita através de um banner afixado na fachada do prédio desta câmara, trouxe à tona, mais uma vez, a polêmica história das duas Santas da cultura izabelense. [...]. Os senhores vereadores foram felizes ao convocar a população, pela primeira vez, em 132 anos de existência da história de dona Izabel e também em 100 anos da substituição da Padroeira Santa Maria por Santa Izabel de Portugal, para discutir com seriedade e responsabilidade, nos âmbitos político, religioso e popular, este assunto que está inerente na sociedade izabelense. [...] Afinal de contas, ela jamais será extinta da história de Santa Izabel do Pará. (SOUSA, 2008, p.02)

Este documento onde a professora Minervina expõe suas ideias vem a mostrar justamente o anseio da população por um debate maior acerca do tema, e uma preocupação mais evidente do poder político em busca da manutenção da memória local. Dessa forma percebemos então o embate de opiniões entre os historiadores e pesquisadores, principalmente os de origem local, pois alguns concordam com a ideia da figura humana e salvadora de Izabel, e outros discordam dessa visão popular, mas apesar disso é de fundamental importância, servindo de base para a manutenção da identidade regional do município.

Tal preocupação com a formação e manutenção histórico cultural de nosso município está evidente também em moradores como, por exemplo, Maria Sônia que nos expõem suas angústias,

Hoje em nosso município há uma grande luta pra manter a memória sobre nossa história. Existem alguns livros contando um pouco dessas histórias, o livro mais conhecido, é o que foi escrito por Nestor Ferreira, o livro dele foi publicado na década de 80, mas hoje é difícil de encontrar. A biblioteca municipal tem pouco material disponível, e é necessário estimular nossa população a preservar nossa história.

Dona Sônia, aponta a existência hoje de alguns livros comentando o assunto, e assim como a entrevista anterior destaca a preocupação com a manutenção da memória local, que com o passar do tempo vem sendo pouco valorizado, não oportunizando debate sobre o tema.

4.2 RELIGIOSOS

Este item é dedicado à análise da opinião de padres que viveram em diferentes épocas e que veem a polêmica por ângulos diferentes.

O primeiro Capelão da Colônia discordava de tudo que fizesse referência a Izabel, combatendo a auréola em que pareciam querer envolvê-la. [...] O Padre continuava a desenvolver uma tenaz perseguição à pobre mulher pelo fato dela não ser casada com Valentim, e ser sua amásia era

considerada pelo pároco como uma meretriz, no entanto ela não tinha culpa em terem a cognominado de "Santa". O padre Lyra então tomou a deliberação de introduzir a imagem de Santa Izabel, Rainha de Portugal, para substituir a de Santa Maria que existia no altar da Ermida (FERREIRA, 1984, p. 63).

Na citação acima se percebe a transcrição da opinião do padre Lira e sua perseguição a Dona Izabel, companheira de Valentim José Ferreira. Destaca-se também a parcela do padre para o surgimento da segunda versão do nome do município, ligada a santa portuguesa.

Hoje podemos observar a versão oficial sendo disseminada por parte da igreja católica, e o resultado desta influencia é evidente também no relato da moradora Maria Sonia, dizendo que “a segunda história (segunda versão do nome do município, ligada a santa portuguesa) soube pela minha mãe, que era uma pessoa muito religiosa e ouviu sobre isso convivendo com pessoas dentro da igreja”.

O padre Cláudio Barradas concorda com a versão de que Izabel, a prostituta, tenha originado o nome do município. E que Santa Izabel, Rainha de Portugal, é a padroeira do povo católico izabelense e faz parte da história do Círio da cidade, que é tradicionalmente realizado pela Igreja Católica (Jornal O VARADOURO, 2002, p.6).

Comparando a posição dos dois padres, Lyra no período de 1878 ao primeiro quinquênio de 1900, e Barradas em 2002, sobre o jogo de memória, percebe-se que há controvérsias de opiniões dentro da Igreja Católica referente a origem do topônimo deste município. Conclui-se, portanto, que a própria Igreja, com o passar do tempo, aceita e participa do debate sobre a ideia da mulher Santa Izabel de Valentim como sendo a responsável pela origem do nome do município, e assim também contribuindo com a conservação da memória local.

Portanto o estudo da memória torna-se importante para sociedade izabelense, como também para o ensino de história no município, pois contribui para construção da história local, atualmente pouco valorizada, fazendo com que também os munícipes criem uma proximidade com o tema, e assim desenvolvendo um sentimento de estarem inseridos no processo histórico social do município.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A elaboração do trabalho intitulado Memória a cerca da Toponímia izabelense, debate o jogo de memória sobre a toponímia do município de Santa Izabel do Pará, contribui substancialmente para a localidade, com um estudo histórico sistematizado sobre as versões do nome do município, existentes no cotidiano da população izabelense há mais de um século, e que até então permanece longe do conhecimento da maioria da população.

Observamos em nossa pesquisa, as estratégias e os artifícios usados para aumentar a confusão a respeito da nomenclatura do município de Santa Izabel do Pará. Pois ao longo destes 130 anos, os dois poderes político e católico investiram na divulgação simbólica de Santa Izabel de Portugal, representante da versão criada pelo padre da igreja católica onde passou a ocupar o posto de padroeira, depois de um abaixo-assinado para depor a Santa Maria. Investimento este que destaca a imagem no monumento da entrada da cidade, que ostenta a coroa portuguesa e as rosas do milagre desta Santa no brasão e na bandeira municipal e nas declarações para os meios de comunicação. E tudo isso no intuito de apagar da história, Izabel, a companheira de Valentim e uma pioneira que teve destaque pelo seu trabalho voluntarioso durante o processo de colonização da região.

Vale ressaltar a dificuldade em produzir o trabalho, pois as fontes encontram-se dispersas e estão disponíveis apenas em bibliotecas particulares fora do alcance dos pesquisadores e por consequência longe da população, culpa do descaso e ou falta de conhecimento das políticas públicas, mas um fato agravante é a escassez de recursos, e a dificuldade de acesso à documentação. Mas tais barreiras não nos impediram de concluir este trabalho.

Através desta pesquisa esperamos que o poder público competente não exclua da gestão municipal o artigo 186 da Lei Orgânica do Município que estabelece que a cultura, o patrimônio histórico e a tradição cultural com base na criatividade da população e no saber do povo, terão prioridade pelo seu caráter social, pois que representam à base para a formação da identidade do município.

Diante desta exposição, considera-se também, que: Enquanto o poder público estiver desprezando a Santa Izabel de Valentim, a memória do município continuará vulnerável, existindo o conflito social preconceituoso, de caráter excludente, originado na força do poder, e a Santa Izabel de Valentim, mesmo sendo citada em

livros, jornais, revistas, documentos, continua firme e forte, na memória e na simpatia da população. A sua passagem tão marcante por este lugar está simbolizada apenas no topônimo do Município e de forma bastante conturbada.

Certos também que não nos desviamos do objetivo proposto de sistematizar uma fonte argumentativa sobre a polêmica que envolve o significado da origem do nome deste município e, principalmente, cientes de que o assunto em questão não se esgota neste estudo. Pelo contrário, abre caminhos que possibilitam uma investigação bem mais profunda sobre a questão.

Através do estudo, inúmeros outros possíveis temas da história do município poderão ser explorados por pesquisadores, enaltecendo e divulgando a importância do mesmo para a história do Pará e da Amazônia.

REFERÊNCIAS

FONTES

Periódicos

Jornal A Província do Pará. **Ensaio Para uma História**. Pergentino Tavares de Moura: 15 de agosto de 1976 página 5, 3º caderno.

_____. **Ensaio Para uma História**. Pergentino Tavares de Moura: 22 de agosto de 1976 página 5, 3º caderno.

_____. **Ensaio Para uma História**. Pergentino Tavares de Moura: 29 de agosto de 1976 página 5, 3º caderno.

Jornal Diário do Pará, Belém 2005, Ed. De 19 de julho.

Jornal extensão Rural, Santa Izabel do Pará 1994, nº 14, Ed. De junho.

Jornal Folha de notícias, Santa Izabel do Pará 2003, nº 002, Ed. De agosto.

Jornal O Bocão, Santa Izabel do Pará, 2007, Ed. III.

Jornal O popular, Santa Izabel do Pará 2005, Ed. De dezembro.

_____, Santa Izabel do Pará 2005, Ed. De outubro.

Jornal O Varadouro, Santa Izabel do Pará 2002, nº 19, Ed. De dezembro.

_____, Santa Izabel do Pará 2003, nº 25, Ed. De julho.

Jornal Origens, Santa Izabel do Pará, 1997, nº 04, Ed. De julho.

Jornal Pará municipalista, 1994, nº 01, Ed. De novembro.

_____, Belém 2003, nº 01, Ed. De julho.

Outras Fontes.

Anuário Do Pará 2010-2011/Jornal Diário do Pará. -v. 1, n.1, 2010.-Belém: O Jornal, 2010.

APOLO 11. **Satmaps**. Disponível em <http://www.apolo11.com> acesso em 10/17/2013 às 17h31m.

Lei Municipal nº 071/2006. Plano Diretor Urbano Participativo, da Prefeitura de Santa Izabel do Pará 2006.

Lei Orgânica do Município de Santa Izabel do Pará. Câmara Municipal, 1990.

LDB LEI nº 9.394/96 artigo 26.

Livro 01 da Câmara Municipal de Santa Izabel do Pará. 07 de janeiro de 1934.

Programa da paróquia de Santa Izabel de Portugal, 2004.

Relatório dos presidentes (arquivo pessoal)

41 PARÁ. Relatório com que Exmo. Sr. Dr. Domingos José da Cunha Junior, presidente da província, abriu a 2ª sessão da 18ª legislatura da Assembléia Legislativa Provincial em 1º de julho de 1873. Pará, Typ. do Diário do Gram-Pará, 1873, p. 46.

BIBLIOGRÁFIA.

ALVES Filho, Armando. **Pontos de História do Pará:** Belém, Produção Independente, 1999.

ARANTES, Antônio Augusto. **O Que é cultura popular.** São Paulo, Ed brasiliense 14ª edição 1990.

ARAUJO, Carlos. **História de Santa Izabel do Pará.** Belém, Falangola 1981.

BARRETO, Maria do Perpétuo Socorro Lacerda. **Caracterização dos Solos da Bacia Hidrográfica do Rio Caraparú.** FICAP, Belém, 2001.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História:** Fundamentos e Métodos. São Paulo. Cortez, 2004.

BRANDÃO, C. Rodrigues. **Pesquisa Participante.** São Paulo: Editora Brasiliense; 1999.

CAINELLI, Marlene, SCHIMIDT, Maria Auxiliadora. **Ensinar História.** São Paulo: Scipicione, 2009.

COIMBRA, Oswaldo, **Claudio Barradas, O Lado Invisível da Cultura Amazônica,** Belém, CNPQ, 2004.

CRUZ, Ernesto. **História do Pará** - volumes 2, Belém, Grafisa, 1969.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Mini Aurélio.** Curitiba, Ed. Positivo. 2008.

FERREIRA, Nestor. **História do Município de Santa Izabel do Pará.** Santa Izabel, Falângola, 1984.

HALBWACHS, Maurice (1877-1945). **A memória coletiva.** São Paulo: Vértice, 1990.

LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia Científica.** São Paulo: Atlas, 2010.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória.** Tradução Bernardo Leitão, etall. 2.Ed. Campinas: UNICAMP, 1992.

MARTINS, José de Souza. **A Sociabilidade do Homem Simples: cotidiano e história na modernidade anômala**. São Paulo: Hucitec, 2000.

MEIHY, José C. S. **Manual de História Oral**. São Paulo: Editora Loyola; 2000.

MOURA Filho, José. **Do Semiárido ao Verde Amazônico**. CEJUP, Belém, 1990.

MOURA, Filho, José. **Vida Interiorana dos Anos 20- Memórias**. Cejup, Belém, 1989.

NUNES, Francivaldo Alves. **A Semente da Colonização: Um estudo sobre a Colônia Agrícola Benevides (Pará, 1870 – 1889)**. UFPA, Belém, 2008.

OHASHI, Paulo, **Cruzeiro do Sul Cintila no céu com luz da verdade**, Associação nipo-brasileira, Santa Izabel do Pará, 2004.

PACHECO, Mario. **As Flores do Campo e Minhas Reflexões**. Belém, Ed. No Mundo da Lua, 1999.

PELEGRINE, Sandra, FUNARI, Pedro. **O que é patrimônio cultural imaterial**. São Paulo: Brasiliense, 2008. (Coleção Primeiros Passos 331).

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio**. Estudos históricos, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: Do Planejamento aos Textos, da escola a academia**. São Paulo, Rêspel, 2008.

SIQUEIRA, José Leôncio Ferreira de. **Trilhos: O caminho dos Sonhos**. Bragança, 2008.

SOUZA, Minervina de Lourdes Soares de. **Lendas Izabelenses**. SIP, GRAPEL, 2010.

TEIXEIRA, Elizabeth. **As três metodologias: Acadêmica, da ciência e da pesquisa**. Belém: CEJUP, 1999.

THOMPSON, Paul. **A voz do Passado: História Oral**. Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra; 1992.

ENTREVISTAS

SILVA, Maria Isomar de Brito, 63 anos, **versões sobre o topônimo izabelense**, entrevistada em 28 de julho 2013, na residência de um dos autores.

MENEZES, Raimundo, 83 anos, **versões sobre o topônimo izabelense**, entrevistado em 28 de julho 2013 em sua residência, localizada no Município de Santa Izabel do Pará.

COSTA, Maria Sônia Costa da, 55 anos, **versões sobre o topônimo izabelense**, entrevistada em 27 de junho de 2013 em sua residência, que está localizada no município de Santa Izabel do Pará.

ANEXOS

ANEXO I: HISTÓRICO DO CÍRIO

Para o jornal Extensão Rural (1994, nº 14, p.09) O círio de santa Izabel do para teve inicio em 1945, por iniciativa do prefeito Antônio Pinheira dos Santos. O culto a esta gloriosa santa originou-se no dia 4 de julho de 1892- calculadamente. Valentin Jose Ferreira, encarregado das obras de abertura das travessas do núcleo colônia de Nossa Senhora do Carmo de Benevides, localizou-se com sua companheira Izabel na entrada da sexta travessa – Aratanha. Em torno da barraca de Valentim formou-se um povoado, devido à festa de trabalhadores cearenses imigrantes, terem construído suas barracas perto da barraca onde morava Izabel. Izabel era uma mulher muito caridosa. Ela se dedicava com todo carinho ao tratamento dos trabalhadores sem recursos médicos, ela empregava remédios da selva. O seu zelo era tão grande que os trabalhadores cognominaram lhe de “santa”,

No dia 4, dia consagrado a santa Izabel, os trabalhadores reuniram-se no arraial do povoado e fizeram uma festa. No auge dos festejos, denominaram o povoado em homenagem a Izabel.

Foi uma homenagem a uma simples mulher, no dia consagrado a Santa Izabel- rainha de Portugal. Em 1878 foi oficializado o topônimo. A santa venerada ate o regime republicano era santa Maria.

Em 1881 foi erguida uma capela para a entronização da imagem de santa Izabel. Nesse tempo o estado do ceara provocou a saída dos cearenses, com a construção da estrada de ferro de sobral, oferecendo muitos empregos. A colônia ficou completamente abandonada.

Nos primórdios da republica o Dr. Mata Bacelar mandou buscar em Portugal a imagem de santa Izabel para ser entronizada como padroeira da vila, hoje município.

Quando a imagem chegou a Belém, foi trazida em trem especial ate aqui com um grande acompanhamento. O povo reunido na estação recebeu a santa e em procissão conduziu a gloriosa santa ate a capela, na atual Praça Getúlio Vargas.

Esta foi à primeira procissão com grandes festejos, realizada nesta terra, continuando ate 1945, quando foi transferida para círio.

ANEXO II: Lei que muda o Brasão das Armas do município.



Prefeitura Municipal de Santa Izabel do Pará

LEI Nº 178/89, DE 26 DE JUNHO DE 1989

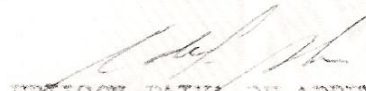
QUE APROVA O NOVO BRASÃO DE ARMAS DO
MUNICÍPIO DE SANTA IZABEL DO PARÁ.

A CÂMARA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ, estatue,/
aprova e eu sanciono e publico a seguinte Lei:

Art. 1º - Fica pela presente, Lei, aprovado o Novo Bra-
são do Município de Santa Izabel do Pará.

Art. 2º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua pu-
blicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA IZABEL DO PARÁ, em 20
de julho de 1989.


EDILSON PAIVA DE ABREU

Prefeito Municipal

Sancionada nesta Secretaria, em 20 de julho de 1989.



RUBEM FERNANDES RIBEIRO

Secretário de Administração

ANEXO III: Justificativa para a mudança do Brasão.

. Proposta para modificação do Brasão de Armas de Santa Isabel do Pará - PA.

Memorial Justificativo

Movido unicamente pelo desejo de prestar nossa modesta colaboração ao governo municipal de Santa Isabel do Pará, recém-instalado, nos propuzemos a criar um novo Brasão de Armas para o município que possa vir a ser a síntese das aspirações do seu povo; o culto ao seu passado, a confiança no seu presente e a esperança no seu futuro, sem ferir contudo o que determinam os cânones da nobre ciência da armaria - a heráldica -, respeitando porém os altos sentimentos de amor à terra, que presidiram a elaboração do Brasão atual, do qual pretendemos manter a essência, em reverência à memória daqueles que o criaram.

No Brasão de Armas, ora em uso, notam-se algumas incorreções de ordem técnica, cometidas de maneira involuntária, porém, que contrariam as regras da heráldica brasileira: o escudo francês em lugar do escudo português redondo ou peninsular (que nos falam de nossas origens); a colocação indevida de uma estrela em timbre (atributo dos Brasões de Armas dos estados da federação brasileira), ao invés de uma coroa mural (indicativa da condição de cidade ou vila).

Adotamos o escudo português redondo ou peninsular (por sua destacada preferência na moderna heráldica brasileira) com os campos bláu (azul) e sinople (verde) na mesma ordem do atual Brasão, separados por uma barra de prata onde conservamos o mesmo lema "União e Labor" já consagrado pela tradição, em letras de sinople (verde).

Introduzimos nos campos bláu (azul) e sinople (verde), respectivamente, a coroa de Santa Isabel, rainha de Portugal, padroeira do município, em ouro, forrada de goles (vermelho) no primeiro; e uma rosa heráldica de goles (vermelho), abotoada e perfilada de prata no segundo, alusiva ao conhecido "Milagre das Rosas" (acontecimento admirável, de rara beleza, entre os muitos milagres atribuídos à gloriosa Santa, que ao ser severamente repreendida por seu marido, El-Rei D. Diniz, teve transformados em rosas o pão e as moedas que levava escondidos nas dobras do seu manto para os pobres que, famintos e desesperados, lhe aguardavam às portas do cas-

telo). Belo gesto de caridade que inspirou aos primeiros colonos habitantes do povoado, a alcunhar de "Santa Izabel" àquela mulher extraordinária, também chamada Izabel, companheira do capitão Valentim José Ferreira, encarregado do assentamento desses colonos naquelas terras e que a admiravam em virtude do carinho e da dedicação que lhes devotava, empregando seus conhecimentos de enfermagem no tratamento das várias doenças próprias da zona insalubre.

Em timbre, uma coroa mural de cinco torres, de prata lavrada e iluminada de sable (negro), característica da categoria de cidade.

Como suporte, a coroa de louros que cingia a fronte dos heróis vitoriosos, estilizada em sinople (verde), como homenagem ao bravo e rude homem nordestino na conquista da região inóspita e selvagem.

Sob o escudo, em um listel de blau (azul) o nome "Santa Izabel do Pará", em letras de prata, para uma associação mais direta ao Brasão de Armas.

As cores têm seu significado heráldico: metais: o ouro - justiça, fé e constância. A Prata: bondade, pureza e vitória. Esmaltes: o blau (azul), além de representar o céu que cobre o município, significa sabedoria, fidelidade e clarividência. O sinople (verde) é a cor das matas e culturas agrícolas das terras Izabelenses e simboliza a esperança - a renovação que todos almejamos para a nossa "Santa Izabel do Pará".

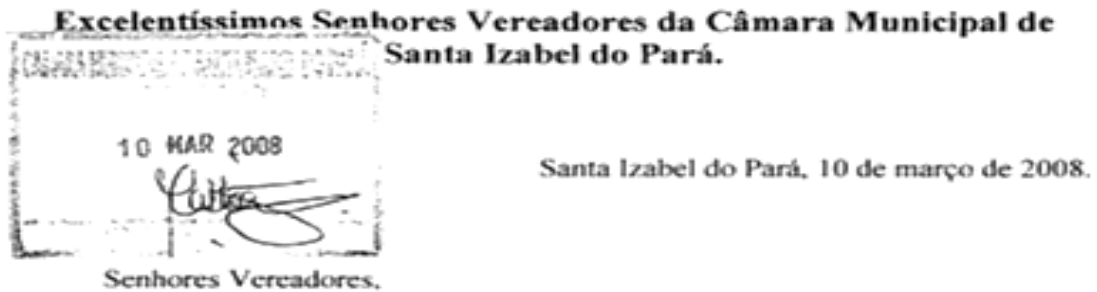
Brasão de Armas

Escudo português redondo ou peninsular, em blau (azul) e sinople (verde) separados por uma barra de prata com o lema "União e Labor", em letras de sinople (verde) no primeiro campo, de blau (azul) carregada com uma coroa de ouro. No segundo, de sinople (verde), uma rosa heráldica de goles (vermelho) abotoada e perfilada de prata. Timbre: a coroa mural de cinco torres, de prata, lavrada e iluminada de sable (negro). Suporte: uma coroa de louro em sinople (verde). Legenda: o nome "Santa Izabel do Pará", em letras de prata sobre um listel em blau (azul).

Brasília-DF, 20 de janeiro de 1989

José Luiz de Moura Pereira
José Luiz de Moura Pereira

ANEXO IV: Carta enviada a Câmara Municipal de Vereadores de Santa Izabel do Pará em 10 de março de 2008



A homenagem a Santa Izabel de Portugal, padroeira dos católicos, através de um banner afixado na fachada do prédio desta câmara, trouxe à tona, mais uma vez, a polêmica história das duas Santas da cultura izabelense.

Esse assunto teve grande repercussão na cidade.

Para mim, confesso que foi uma grata surpresa. Senti-me emocionada ao ouvir os comentários e participar, inesperadamente, de discussões informais na praça, no colégio, na vizinhança e no meu convívio familiar.

Os senhores foram felizes ao convocar a população, pela primeira vez, em 131 anos de existência da história de Dona Izabel e também em 100 anos da substituição da Padroeira Santa Maria por Santa Izabel de Portugal, para discutir com seriedade e responsabilidade, nos âmbitos político, religioso e popular, esse assunto que está inerente na sociedade izabelense.

Não poderia deixar de enviar aos senhores a minha contribuição teórica que acumulei por muitos anos exercendo a profissão de professora e envolvida, diretamente, no estudo desta polêmica sobre as duas Santas: D. Izabel que também era chamada de D. Santa e Santa Izabel de Portugal.

Enquanto seleciono alguns materiais escritos sobre o assunto para enviar a esta câmara, antecipo informações importantes sobre as manobras políticas e católicas com o objetivo de eliminar a D. Izabel, da cultura izabelense:

1. Em 1878 o nome do vilarejo Santa Izabel foi mudado para São João Batista. A população recusou-se a pronunciar este nome, frustrando a manobra;
2. Em 1899, o padre Antônio de Lyra Pessoa de Maria, promoveu uma campanha para substituir a padroeira Santa Maria por Santa Izabel de Portugal. Esta campanha envolveu um discreto abaixo-assinado e a viagem de D. Maria Amália Antunes Bacellar, a Lisboa, para adquirir a imagem de Santa Izabel de Portugal;
3. Em 1890 (os registros apontam para o último quinquênio de 1890). Nesta data, D. Amália chegou de trem num vagão exclusivo com a Santa de Portugal. O vagão estava lotado com autoridades católicas e políticas, acompanhando a imagem, a qual foi seguida da estação até a igreja e entronizado no altar, ao lado da pequena e humilde imagem de Santa Maria. Não demorou em que dessem sumiço a esta imagem indesejada (de Santa Maria), companheira dos nordestinos. Esta manobra também não convenceu a população;
4. No ano de 1943, mudaram o nome do município para João Coelho (governador do estado). Foi um longo período de 17 anos de insatisfação e muitos protestos. Mais uma estratégia frustrada;
5. 01 de maio de 1981: Esta data é inesquecível. O prefeito Antônio Romão, festejou os 47 anos da emancipação do município com a inauguração da Praça do Expedicionário. Lá se encontravam alguns pracinhas da 2ª Guerra Mundial, autoridades e populares. Todos admiravam a bala de canhão e a bandeira do Brasil, em cerâmica, no chão. Na ocasião, foi doado um livro sobre a história do município, obra do cidadão Carlos Araújo (não conhecemos sua origem) encomendada pelo próprio prefeito. Este livro foi recebido como um desrespeito à memória de D. Izabel

e aos pesquisadores Pergentino Moura e Nestor Herculano. O autor abriu espaço em sua obra e destacou: "... Izabel não sei das quantas...". A forma como os monumentos da praça foram construídos levaram a população a interpretá-los como sendo uma apologia à guerra;

6. Em 1989, o prefeito Edilson Abreu, alterou a bandeira e o brasão deste município, incluindo as rosas do milagre da Santa e a coroa de Portugal. Este prefeito, também, construiu um pequeno monumento na entrada da cidade com a imagem de Santa Izabel de Portugal. As justificativas destas obras também não convenceram a população.

Para finalizar gostaria de expressar a minha opinião e dar uma sugestão sobre a referida polêmica: A opinião é que considero que essa luta sempre foi desigual. Ao lado da igreja católica sempre estiveram poucos, porém, poderosos e com o poder político e logístico nas mãos. Ao lado da D. Izabel sempre esteve uma multidão, porém, sem recursos financeiros e com medo de represálias e de serem discriminados como pecadores e condenados ao fogo do inferno.

Atualmente, a D. Izabel, mesmo sendo heroína sem rosto, símbolo de resistência, representante de minorias, ícone cultural incluído em dezenas de monografias universitárias e contexto cultural enraizado neste solo e na memória do povo izabelense, oficialmente, continua no anonimato.

A sugestão é que seja convocado um grupo de pessoas, da cultura izabelense, que possam, de fato, contribuir na elaboração de um projeto, com respaldo científico, no sentido de tirar a D. Izabel do anonimato e encerrar esta polêmica. Afinal de contas, ela jamais será extinta da história de Santa Izabel do Pará.

Agradeço pela atenção de todos e rogo a Deus que os ilumine.

Cordialmente,


Minervina de Lourdes Soares de Souza
Professora/pesquisadora

ANEXO V: Cópia dos Artigos 186, 187, 188 da lei Orgânica do Município de Santa Izabel do Pará (1988 p 54 e 55)

calizadora Federal e Estadual.

Art. 186 – A Cultura, o Patrimônio Histórico e a tradição cultural do Município de Santa Izabel do Pará, com base na criatividade da população e no saber do povo, terão prioridade pelo seu caráter social, pois que representam a base à formação da identidade do Município.

§ 1º – A Valorização da Cultura e do Patrimônio Histórico, ocorrerá através de suas bases distritais, a fim de que se assegure a unidade na diversidade cultural nos diversos distritos ou vilas e povoados de nosso Município, a partir de suas áreas de produção, garantindo sua autenticidade e originalidade.

§ 2º – Constitui-se como Patrimônio Cultural e Histórico de Santa Izabel do Pará, os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, quer sejam relacionadas à identidade, à memória e ações de diferentes grupos que formem a sociedade izabelense, dentre os quais se incluem:

- I – As formas de expressão;
- II – Os modos de criar, fazer e viver;
- III – As criações científicas, artísticas e tecnológicas;
- IV – As obras e objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados as manifestações artístico-culturais;
- V – Os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico e paisagístico, artístico, ecológico, científico, e inerentes a relevantes narrativas na nossa história cultural;
- VI – O Poder público municipal com a colaboração da União, do Estado e da Comunidade promoverá e protegerá:
 - a) O Patrimônio Cultural Izabelense por meio de inventários, registros, vigilância, tombamento e desapropriações e de outras formas de preservações.
 - b) As manifestações culturais populares, indígenas e afro-brasileiras e de outros participantes do processo civilizatório.

§ 3º – O Poder público municipal poderá assegurar em seu orçamento anual, recursos financeiros para promover a edição de obras de autores izabelenses, e outras atividades que representem a manifestação da cultura local.

§ 4º – É dever do Poder público municipal resgatar, manter, preservar e garantir os meios de aplicação do patrimônio documental e bibliográfico das instituições culturais privadas e de utilidade pública.

§ 5º – Será assegurado a todo cidadão, o livre acesso as informações que subsidiem a história da comunidade.

§ 6º – O município apoiará a formação de recursos humanos na área de documentação e pesquisa, e concederá aos que dela se ocupem meios e condições especiais de trabalho.

Art. 187 – O Poder público deverá manter e incentivar a dinamização da biblioteca pública municipal e salas de leituras no Município.

§ 1º – O Poder público municipal deverá incrementar a criação de salas de leituras nas sedes e nos distritos do Município.

§ 2º – Equipar a biblioteca pública e as salas de leituras com livros técnicos, didáticos, pedagógicos e literários, atualizados à nível de 1º e 2º graus, além de jornais e revistas periódicas, necessários para o bom uso da comunidade.

§ 3º – Que o Poder público municipal no atendimento ao que prever o convênio mantido com o I.N.L. (INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO) faça de acordo com informações prestadas pela Biblioteca Municipal, para que se possa assim atender eficazmente as necessidades manifestadas pelos usuários da Biblioteca ou sala de leitura.

§ 4º – Que a Biblioteca Pública Municipal seja dirigida e atenda o público, por pessoas com treinamento especializado ministrado pelo I.N.L. (INSTITUTO NACIONAL DO LIVRO), ou por seus representantes no Estado – A Direção da Biblioteca Pública Estadual, e, quando o Município dispor de condições, por bibliotecários com formação superior.

§ 5º – Que a Biblioteca pública e salas de leitura, através de seus membros, com apoio da Secretaria Municipal de Educação, desenvolva junto a comunidade e as escolas, meios de divulgação e incentivo à participação mais efetiva de todos.

SEÇÃO III

DO DESPORTO

Art. 188 – O Poder público municipal tem o dever de fomentar prática desportiva formais e não formais, como direito de cada um, observados os preceitos do artigo 217 da Constituição Federal e mais os seguintes:

I – A autonomia das entidades esportivas dirigentes e associações, quanto a sua organização e funcionamento;

II – A destinação de recursos públicos para promoção prioritária de desporto educacional, e em casos específicos, com verbas orçamentária próprias, para a LAI (LIGA ATLÉTICA IZABELENSE), desenvolver a parte administrativa de atividades esportivas de sua competência no ano civil, em convênio com a Prefeitura através da Secretaria Municipal de Educação;

III – Incentivar para o funcionamento dos departamentos de esportes amadorista em todas as modalidades esportivas subordinadas à LAI, assim como promoção e custeio dos campeonatos municipais e intermunicipais de futebol e outras modalidades amadoristas e profissionais com representantes do município, com recursos próprios destinados pelo Poder público municipal;

IV – Através do departamento de desportos da SEMED promover o desporto escolar, em todas as modalidades existentes.

Art. 189 – O Poder público municipal terá sob sua responsabilidade a construção de instalações desportivas comunitárias para a prática de desporto.

PARÁGRAFO ÚNICO – O Poder público municipal desenvolverá a prática de lazer através do seu departamento na SEMED como prova de promoção social.

ANEXO VI: Jornal folha de notícias



ANEXO: jornal municipalista onde consta a publicação de Pergentino Moura.

Santa Izabel do Pará

O confrade e amigo Pergentino Moura nos envia precioso trabalho de sua autoria referente à tradicional cidade de Santa Izabel, na zona do Salgado, próximo a Belém e da qual revela fatos inéditos de interesse à historiografia regional. Designado-os "Ensaio para uma História", assim Pergentino Moura oferece aos estudiosos da zona Bragantina a seguinte contribuição:

Por especial deferência do meu amigo e conterrâneo Alderico Queiroz de Miranda tive a oportunidade de receber um opúsculo de autoria do sr. Carlos Fonsêca, intitulado de "Sinopse da História dos Municípios do Pará".

Aquele amigo, que é prefeito municipal de Santa Izabel do Pará, não se conformando com as coisas nele contadas

qualquer dispêndio material com a realização da obra. Havia passado pelo desprazer de procurar alguns chefes de Municípios que, após a exposição da minha pretensão, ouvia, quase sempre, as suas opiniões contrárias a respeito, com alegações várias, entre as quais a de não trazer resultado de interesse municipal um livro que elucidassem a juventude estudiosa. Ora, credo!

A má interpretação das minhas palavras deu motivo ao abandono do terreno que vinha palmilhando tão cheio de óbices ou, sendo mais claro, de recusas de ignorantes persuadidos que viesse o mesmo, afetar a economia pública.

Requiescat in pace

Pois bem, segundo as pesquisas, che

ANEXO: Relatório Do Presidente Da Província Cunha Junho (1878)

— 46 —

E' necessario tambem affirmar por todos os meios de publici-
dade que o Pará não é inferior á qualquer de suas irmãs para re-
ceber populações laboriosas e remuneral-as prodigamente com as
esplendidas riquezas de um sólo fecundissimo.

E' preciso demonstrarmos que ahi temos milhares de leguas de
terrenos devolutos, proprios para todo o genero de cultura, e que
ainda não forão tocados pela mão do homem.

Não é meu intento, senhores, tratar já de promover uma cor-
rente de emigração em larga escala.

Pretendo, por emquanto, tratar da emigração pelo systema de
colonias, fundadas aqui junto á capital, na estrada de Bragança.

Pensando talvez, como eu penso, vós não vos descuidastes da
colonisação estrangeira, dando assim mais uma prova do vosso
acrysolado zelo pela prosperidade de vossa provincia.

Assim, pela lei provincial n.º 670 de 22 de setembro de 1871,
autorisastes a presidencia a solicitar do governo imperial a conces-
são das seis leguas de terras em quadro que pelo artigo 16 da lei
n.º 514 de 28 de outubro de 1848 são cedidas á cada provincia,
com o fim de serem as ditas terras reservadas para a colonisação.

O meu illustre antecessor dr. Abel Graça para dar execução
áquella lei solicitou do governo imperial as referidas terras na es-
trada de Bragança, mas até a minha chegada a esta provincia não
tinha o mesmo governo dado solução alguma.

Entendi que deveria insistir por ella, e, em 24 de abril proximo
passado, dirigi o seguinte officio ao exm. sr. ministro d'Agricultura :

« O meu antecessor dr. Abel Graça em officio de 16 de outu-
« bro de 1871, dirigio-se ao ministerio á cargo de v. exc. sollicitan-
« do a concessão das seis leguas de terras em quadro, que, pelo
« artigo 16 da lei n.º 514 de 28 de outubro de 1848 são cedidas á
« cada uma das provincias, com o fim de as reservar para a co-
« lonisação e dar assim execução á lei provincial n.º 676 de 22 de
« setembro d'aquelle anno, que, por copia, tenho a honra de pas-
« sar ás mãos de v. exc.

« No officio alludido o dr. Abel Graça pedia que as menciona-
« das terras fossem concedidas na estrada de Bragança, por lhe
« parecer o lugar mais conveniente para a colonisação, não só
« pela fertilidade do sólo, como pela proximidade em que se acha
« d'esta capital, onde os colonos podem prover-se facilmente do
« que lhes fôr necessario e venderem sem demora, nem prejuizos,
« os productos agricolas.

« Pedia tambem o citado dr. que o ministerio á cargo de v. exc.
« fizesse a despeza com o transporte dos colonos, para o que lhe
« parecia autorizado em face do avizo do mesmo ministerio de 30 de
« janeiro de 1871, obrigando-se a provincia a medir e demarcar á sua
« custa as referidas terras, visto como empenhada com um deficit

Fonte: Os autores.

ANEXO VI: Relatório referente ao estudo sobre ao episódio mais recente alusivo ao conflito social, político e religioso que envolve a questão das santas deste município. Episódio este que ocorreu no ano de 2008.

Fonte: Arquivo da Câmara Legislativa de Santa Izabel do Pará

- Documentos:

- Requerimento nº 01/08 de 27 de fevereiro de 2008
- Pauta dos trabalhos legislativos do dia 27 de fevereiro de 2008
- Ata da sessão ordinária de 27 de fevereiro de 2008 (04 páginas)
- Ofício circular 003/2008 de 28 de fevereiro de 2008 do vereador presidente Tony de Souza Lisboa;
- Ata da sessão ordinária de 05 de março de 2008 (ata da continuação dos assuntos do dia 27/02/2008) 02 paginas;
- Ata da sessão ordinária de 05 de março de 2008 (02 páginas)
- Ata da audiência publica de 14/03/2008
- Pauta dos trabalhos legislativos do dia 26/03/2008

Coleta do material: de 01 a 04 de fevereiro de 2011

Técnica: leitura e análise dos documentos

Considerações sobre o episódio:

1 - Consta em ata da audiência publica do dia 14 de Março de 2008 com o titulo: Polêmica sobre a imagem de santa Izabel de Portugal na fachada da câmara municipal da qual participaram:

- Os pastores da igreja batista Rui Guilherme e Cleber Sousa Rodrigues;
- O pároco da igreja católica padre Ruzevel Lourinho Ferreira;
- Luiz Vilhena de Sousa Presidente do templo espírita recanto da misericórdia;
- As representantes da população Telma Barros e Neiva Gaspa

1 - O vereador Deusdedith Freire Brasil Junior, requereu em 27 de fevereiro de 2008 a seguinte providencia: em virtude de varias solicitações de pastores de outras igrejas de nossa cidade com relação a imagem de santa Izabel de Portugal afixada em frente ao Poder Legislativo por ocasião das reforma realizadas neste poder no dia 15 de fevereiro de 2008, solicitando a substituição da imagem da referida santa por uma bíblia sagrada.

2 A apreciação do requerimento do vereador Deusdedith, na sessão ordinária do dia 27 de fevereiro de 2008 provocou ampla discussão e debate, não houve

consenso entre os pares, o presidente sugeriu que fosse transferido e retirado da pauta, a sugestão não foi aceita pela justificativa de não haver embasamento nem impedimento que ocasionasse essa retirada. Diante da alteração dos ânimos foi impossível continuar a sessão.

- 3 O vereador presidente Tony de Souza Lisboa justificou quais foram as suas intenções ao afixar a imagem da santa na fachada da câmara: “Foi homenagear o Portal da entrada da cidade onde ostenta a imagem de Santa Izabel de Portugal” [...] Considerando o teor do Requerimento apresentado nesta Casa de Leis, pelo Vereador Deusdedith Freire Brasil Junior, versando sobre manifestações contrárias a respeito da imagem de Santa Izabel de Portugal colocada na parte externa do prédio desta Casa de Leis; Considerando que a real intenção da atual mesa diretora, ao proceder à realização de obras e da reinauguração do prédio, com a colocação da imagem em referência, foi de homenagear o portal da entrada da Cidade, onde ostenta a imagem de Santa Izabel de Portugal; Ressaltando, entretanto, o zelo da atual Mesa Diretora em defesa da liberdade constitucional de credo, bem como, em resguardo ao interesse público.
- 4 O presidente da câmara, vereador Tony Lisboa, envia ofício circular com este teor: Face ao exposto, venho pelo presente convidar Vossa Excelência a se fazer presente à reunião com os demais líderes religiosos, que será realizada no dia 04 de março do corrente, às 9:00 horas, nesta Casa de Leis, ocasião em que será posto em discussão e deliberação: A colocação da imagem de Santa Izabel de Portugal, em homenagem ao Portal de entrada da Cidade, na parte externa do Prédio do Poder Legislativo.
- 5 No dia 05 de março de 2008 em sessão ordinária o assunto foi novamente colocado em pauta para se chegar a uma conclusão porem o vereador Deusdedith retirou o requerimento da pauta do dia.
- 6 Eram vereadores na época Deusdedith Freire Brasil, Tony Lisboa de Sousa, Eivaldo Correa Lima (Vadico) Jucelito Matos Campos, Dayse do Socorro de Oliveira Melo, Antônio Carlos Ribeiro Conde (Toto) Adenor Carvalho Monteiro (Bingo do Caraparú), Luiz Matias (Ceará), Obed Lameira Pinto;

ANEXO VII: Nesta ata de 1875, consta a assinatura de Valentim José Ferreira.

ATA DA INSTALAÇÃO DA COLÔNIA BENEVIDES.

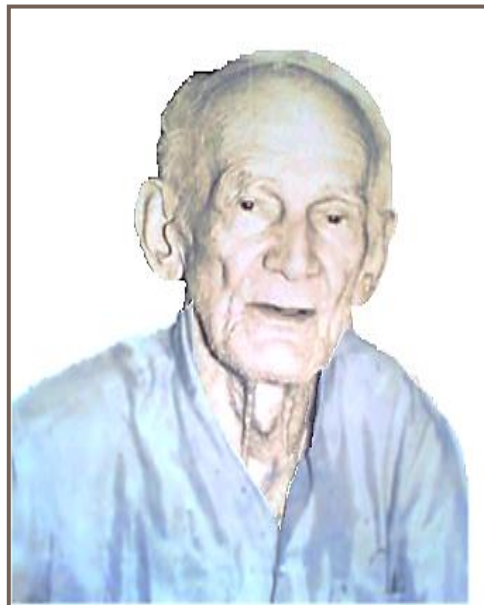
Aos treze dias do mês de junho do ano do nascimento de Nosso Senhor Jesus Cristo de mil oitocentos e setenta e cinco, quinquagésimo quarto da Independência e do Império pelas doze horas do dia no reinado de Sua Majestade o Senhor Dom Pedro Segundo, sendo Presidente da província o Exmo. Sr. Dr. Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides, nesta Capital da Província do Grão-Pará, no arranchamento feito na estrada de Bragança estando presentes o mesmo Exmo. Senhor Presidente, a comissão de colonização representada pelo seu Presidente o Dr. Antônio Gonçalves Nunes, e membros Dr. Guilherme Francisco Cruz, Fortunato Alves de Sousa e Antônio Soares Pinheiro, cônsul espanhol, o comandante das armas coronel Agostinho Marques de Sá, o comandante do terceiro distrito naval capitão de mar e guerra João Gomes de Aguiar, Presidente da Câmara Municipal Dr. João Raulino de Sousa Uchôa, Desembargador Inácio Carlos Freire de Carvalho, Deputados Provinciais Drs. José Ferreira Cantão, Joaquim Pedro Corrêa de Freitas e coronel José do O' de Almeida, inspetor da Alfândega Dr. Henrique do Rêgo Barros, oficial de gabinete da Presidência Belarmino d'Arruda Câmara, ajudante de ordens da Presidência major Antônio do O' de Almeida, inspetor interino do Tesouro Provincial Dr. Raimundo Antônio de Almeida e outros cidadãos, declarou o Senhor Presidente que em execução da Lei n. 837, de 19 de abril do corrente ano instalava a colônia provincial que pela comissão foi denominada "BENEVIDES", distribuindo nessa ocasião pelos colonos os títulos provisórios de seus lotes coloniais. Em seguida recebendo o Senhor Presidente uma machadinha das mãos do Presidente da Comissão, deu com ela o primeiro golpe em uma das árvores da nova colônia, sendo a mesma cerimônia efetuada pelo Presidente e mais membros da referida comissão, Luiz Parisson representante da colônia, autoridades e cavalheiros presentes. Depois do que, dados vivos à Nação Brasileira, a Sua Majestade o Imperador, à Família Imperial, à Província do Pará, à prosperidade da colônia, à Comissão de Colonização e à Nação francesa ao som do Hino Nacional, e sendo proferidos vários discursos por cavalheiros presentes, foi encerrada a solenidade, do que para constar se lavrou a presente ATA da qual se extraem duas cópias, sendo uma para o arquivo da colônia e outra para o arquivo da Câmara Municipal, sendo entregue à Comissão de Colonização. E eu Francisco Ribeiro da Silva Júnior, chefe de seção servindo de oficial maior escrevi e assinei: Francisco Maria Corrêa de Sá e Benevides - Antônio Gonçalves Nunes - Guilherme Francisco Cruz - Fortunato Alves de Sousa - Antônio Soares Pinheiro - coronel Agostinho Marques de Sá - João Gomes de Aguiar - Dr. João Raulino de Sousa Uchôa - Samuel F. de Sousa Uchôa - Inácio Carlos Freire de Carvalho — Dr. José Ferreira Cantão - Dr. Joaquim Pedro Côrrea de Freitas - José do O' de Almeida - Belarmino de Arruda Câmara - Antônio O' de Almeida - **Valentim José Ferreira**- José Ferreira da Costa Titã - Teófilo de Melo e Silva - Francisco Ribeiro da Silya Jr

Fonte: Cruz

ANEXO VIII: Foto de José Matta Bacellar e Amália Matta Bacellar, acervo da biblioteca particular cedida pela professora Minervina Sousa.



ANEXO IX: Foto de Mestre Cícero Cavalcante, gentilmente cedida do acervo pessoal da professora Minervina Sousa.



Mestre Cícero Cavalcante